

AS RELAÇÕES EUROPA-ÁFRICA: O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
Universidade de Aveiro
2 de Maio de 2005

RELATÓRIO

António Raimundo e Rita Pais, IEEI

Primeiro Painel, subordinado ao tema "**O Desenvolvimento com Petróleo e as Relações com Portugal**". Moderado por **Carlos Sangreman**, Universidade de Aveiro. Intervenções de **Aires de Menezes**, Coordenador do Projecto de Apoio ao Sector Social em S.Tomé e Príncipe, **Gerhard Seibert**, Instituto de Investigação Científica Tropical, **Brígida Brito**, socióloga e investigadora, **Danilo Torres**, Comité para a Governação Electrónica (São Tomé e Príncipe).

Cenários prospectivos do impacto sócio-económico do ciclo do petróleo em São Tomé e Príncipe¹

Aires de Menezes

O orador começou por destacar as expectativas geradas, tanto em São Tomé e Príncipe (STP) como a nível internacional, na sequência da descoberta de reservas petrolíferas nacionais estimadas em 4 mil milhões de barris.

A situação geo-estratégica do país no contexto da exploração do petróleo é particularmente favorável. Com efeito, localizado no Golfo da Guiné, esta região tem vindo a ganhar uma importância crescente devido a dois principais factores: o desenvolvimento tecnológico (que permite a exploração de jazidas no *offshore* profundo e ultra-profundo) e os atentados de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos. Da parte de alguns interesses norte-americanos, a exploração petrolífera na região surge como uma possível forma de limitar a dependência em relação ao Golfo Pérsico – actualmente particularmente instável.

O Golfo da Guiné reúne boas condições para que isto possa acontecer: o seu petróleo é de boa qualidade; as suas jazidas localizam-se fundamentalmente em *off-shore* (portanto, menos vulneráveis a crise sociais); boa localização face aos mercados europeus e americano; contrariamente a outras regiões as explorações estão abertas ao investimento externo; nenhum país da região pertence à OPEP (à excepção da Nigéria). Existem estimativas de que a região possa vir a fornecer cerca de 25% das importações americanas de petróleo em 2015. Neste contexto, STP teria boas hipóteses de tornar-se um importante produtor de petróleo.

Todavia, para Aires de Menezes, STP terá especiais dificuldades em gerir os recursos petrolíferos. Isto pelas seguintes razões: a sua fragilidade institucional e ausência de uma massa laboral suficientemente qualificada e com experiência no ramo; as dificuldades inerentes à gestão do petróleo; a ausência de uma indústria estruturada

¹ Para mais detalhe ver apresentação PowerPoint.

e com capacidade de absorção dos rendimentos que daí advêm; a possibilidade de serem criadas “cumplicidades mútuas” entre o poder económico e o poder político – susceptíveis, a seu turno, de gerar um ciclo vicioso baseado no oportunismo, corrupção e na “dutch disease”. Na maioria dos casos, esse “casamento forçado” entre as duas esferas de poder, em que o poder político facilita a exploração de petróleo e os beneficiários dessas concessões ajudam a manter o regime vigente, não tem tido qualquer reflexo na melhoria das condições de vida das populações, como ilustra o caso do Gabão. Essa má gestão teria como consequências: a secundarização de outras actividades económicas; o surgimento de “elefantes brancos”; a impossibilidade de se alcançar um crescimento sustentável. Apesar desta possível evolução económica negativa, as rendas provenientes do petróleo seriam, ainda assim, aptas a permitir a manutenção do poder político. Tal situação condicionaria a existência de fragilidades ao nível do poder executivo e da administração pública; dificuldades em formar e desenvolver uma sociedade civil informada e activa; incapacidade de definir políticas de desenvolvimento eficientes e transparentes.

O orador apresentou três cenários possíveis para STP: “a pobreza do petróleo”; “o petróleo e o desenvolvimento sustentável”; “a riqueza do petróleo”. O primeiro cenário teria as seguintes características: evolução negativa da situação política, conduzindo a um endurecimento do regime; corrupção generalizada e fuga de capitais; ausência de investimentos nos sectores sociais; desperdício de recursos; aumento da pobreza e dos desequilíbrios sociais; perda de autonomia por parte do país. No segundo cenário apresentado a situação política teria um desenrolar estável e eficiente. A nível económico seriam introduzidas as seguintes medidas: mecanismos de cobertura de riscos e de estabilização dos preços; medidas macro-económicas eficientes; esforços de integração económica regional e internacional. Seriam ainda adoptadas medidas de restrição orçamental e de controle da corrupção. Por seu lado, as instituições públicas seriam reforçadas. Tal evolução seria a garantia da sustentabilidade do país. Finalmente, no último cenário – bastante similar ao segundo – os rendimentos do petróleo seriam acautelados através de uma melhor gestão e sua respectiva avaliação e fiscalização independentes. Seguindo o exemplo do Botswana, os rendimentos do petróleo seriam depositados em contas externas e geridos em forma de activos de capital, colocados nos mercados internacionais por sociedades financeiras credíveis, em que apenas os rendimentos provenientes do lucro e da engenharia financeira revertem para o Orçamento de Estado. Tal sistema teria as seguintes vantagens: garantir a durabilidade do recurso; evitar a corrupção; reduzir o problema da capacidade de absorção; salvaguardar a equidade intergeracional. Para Aires de Menezes, este seria o cenário desejável. Porém, as dificuldades do país não deixam prever para breve a sua concretização.

São Tomé e Príncipe: A difícil transição de beneficiário da Ajuda para produtor de Petróleo

Gerhard Seibert

O orador começou por explicitar o tema da sua intervenção, ao sublinhar a importância que a ajuda internacional representa actualmente para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Ao contrário de outras opiniões – que falam da transição de uma economia do cacau para uma economia do petróleo – para Gerhard Seibert faria mais sentido realçar o peso da ajuda como termo comparativo. Com efeito, esta representa cerca de 90% do valor do investimento público e 80% do orçamento geral do Estado. Quanto ao cacau, muito embora

represente 90% das exportações de STP, o seu peso para a economia nacional não é significativo (o valor das importações em alimentos do país ultrapassa em 100% os rendimentos provenientes do cacau).

Tal transição para a posição de produtor de petróleo encontra-se numa fase inicial, visto que ainda não há qualquer produção. Na exploração desse recurso por parte de STP o conferencista enumerou as seguintes dificuldades: falta de experiência e de quadros com qualificação específica; problemas na atribuição da sua exploração e na celebração dos contratos.

O processo de concessão da exploração teve início com a assinatura de um primeiro contrato, em Maio de 1997. Tal contrato foi celebrado com uma pequena empresa norte-americana (ERHC), de natureza pouco transparente. Nessa altura havia ainda um grande desconhecimento do sector por parte de STP e a sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) não estava ainda delimitada. Assim, acabou por não ser feita qualquer pesquisa quanto às verdadeiras potencialidades da exploração do petróleo. Um segundo contrato foi assinado em Setembro 1998 com a MOBIL (actual EXXON MOBIL), para a pesquisa sísmica em 24 blocos na ZEE de STP. Em 2001 seria celebrado um terceiro contrato.

O reconhecimento da ZEE de STP em 1997 pelas Nações Unidas permitiu o início das negociações com os países vizinhos. As conversações com a Guiné Equatorial e o Gabão acabariam por decorrer com sucesso, permitindo a assinatura de acordos em 2001. Com a Nigéria, apesar das negociações terem falhado, chegou-se a um compromisso para a criação de uma zona conjunta de exploração de 28 000 Km² ("Joint Development Zone"). Tal acordo determinou a repartição das receitas e das despesas da exploração (Nigéria: 60%; STP: 40%) e a sua gestão (através de uma "Joint Development Authority" – com sede em Abuja e constituída por quatro directores, dois de cada país – e de um Conselho Ministerial Conjunto – composto de dois ministros de cada país).

A celebração dos três acordos de exploração criou grande polémica. Com efeito, os seus termos foram considerados desfavoráveis tanto por STP como pelas empresas. O FMI e o Banco Mundial também se pronunciaram contra. O contrato mais contestado foi o celebrado com a empresa ERHC. Este viria a ser anulado em 1999, por iniciativa do governo de STP. Um novo contrato foi assinado em 2001, depois de a empresa americana ter regularizado a sua situação financeira, através de um conhecido político e empresário nigeriano. Porém, tal acordo foi considerado pelos analistas como dos piores jamais realizados em África – neste caso devido aos seus termos desfavoráveis para STP – o que viria a ser reconhecido mais tarde por um relatório do FMI. Em 2002 o recém eleito Fradique de Menezes exigiu a renegociação de todos os contratos. Estes viriam a ser substituídos por novos acordos em 2003, de forma geral mais favoráveis para STP.

A renegociação dos contratos abriu o caminho para o leilão da exploração da zona costeira com a Nigéria. Apesar da oferta global que foi feita – representando um valor considerável para o desenvolvimento do país – em seis blocos de exploração apenas um viria a ser atribuído. Tal atribuição ocorreu em Abril de 2004, por um valor de cerca de 125 milhões de dólares (CHEVRON TEXACO: 51%; EXXON MOBIL: 40%; EQUITY ENERGY RESOURCES: 9%). No final de 2004 foram postos a leilão os restantes cinco blocos, relativamente aos quais ainda não há decisão.

Outro elemento importante destacado pelo orador foi o da legislação sobre o sector. Em 2000 foi aprovada a Lei-quadro das Actividades Petrolíferas, no seguimento da qual viria a ser criada a empresa estatal Petrogás. Em Julho de 2004 foi aprovada a Lei de Gestão das Receitas Petrolíferas. Embora esta lei tenha sido aprovada pela Assembleia Nacional, foi concebida no exterior e, em certa medida, imposta como "moeda de troca" a um perdão de dívida por parte do FMI. Para além disso, a lei apenas diz respeito ao sector petrolífero, esquivando-se a uma perspectiva mais abrangente da economia são-tomense.

A transição actualmente em curso em STP tem igualmente afectado as suas relações externas. A título de exemplo: a Nigéria passou a ser o principal parceiro na região (substituindo Angola); os EUA reforçaram a sua cooperação com STP - também no domínio militar; a China pondera actualmente a hipótese de regressar ao país.

Em conclusão, o orador sublinhou o grande desafio que o petróleo constitui para STP, mormente, face ao quadro geral de pobreza; às carências ao nível da administração e instituições políticas; e a uma elite pouco preparada para encetar actividades conducentes a um desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento para além do petróleo: o exemplo do turismo em São Tomé e Príncipe²

Brígida Brito

Para Brígida Brito, o turismo ecológico representa o sector de maior viabilidade na estratégia de desenvolvimento de STP, constituindo uma alternativa em relação a outros sectores - tais como o petróleo, a agricultura ou a indústria.

A oradora sublinhou a necessidade de repensar a questão do desenvolvimento do país, enquadrando-o numa perspectiva de longo prazo que tenha em conta o contexto insular africano. Tal como outros Estados insulares em desenvolvimento, STP sofre de certos problemas estruturais: dependência económica do sector primário; dimensão limitada do mercado interno; dependência externa; êxodo intelectual; degradação ambiental, etc. A esses problemas comuns juntam-se certas especificidades do país: ligação histórica a Portugal; democracia ainda recente, sofrendo de alguma instabilidade governativa; população jovem e reduzida, sofrendo de uma degradação dos indicadores sociais; economia voltada para o sector primário e para o consumo local; turismo ainda em fase incipiente, etc.

O turismo foi apresentado como dependendo da relação entre dois actores: o turista e as comunidades locais. Enquanto que para o primeiro a perspectiva privilegiada é a de um hedonismo pessoal (lazer, prazer, novas vivências, conhecimento, etc), o segundo tipo de actor dá preferência a uma perspectiva económica (melhoria das condições de vida). Foi igualmente identificado o tipo de actividades económicas que o sector do turismo é susceptível de promover em STP, tanto de forma directa (transporte, alojamento, restauração, animação, etc) como indirecta (agro-pecuária, pesca, construção, comércio, etc).

Actualmente entram 7 000 estrangeiros por ano em STP (não existem estatísticas qualitativas que permitam determinar o motivo da visita ao país e, assim, determinar se se tratam efectivamente de turistas). Em termos de futuro espera-se que esse

² Para mais detalhe ver apresentação PowerPoint.

número possa aumentar de forma significativa (existem estimativas que apontam para 25 000 turistas em 2010). Até ao momento, o tipo de turismo que tem predominado é o turismo de negócios. Porém, espera-se que o turismo de lazer (mais rentável) possa aumentar.

O ecoturismo foi apresentado pela conferencista como uma forma alternativa de turismo, valorizando igualmente os vectores meio ambiente e comunidades locais. Tal valorização traria como consequência: um reforço das potencialidades locais; um reforço identitário; a optimização de recursos; a preservação do ambiente, etc. Em STP foram identificadas cinco iniciativas eco-turísticas de características, em certa medida, comuns. Foram igualmente identificados certos constrangimentos ao incremento deste sector, nomeadamente de natureza organizativa e estrutural. Como dificuldades organizativas ou de planeamento foram referidas as seguintes: dispersão de informação; ausência de iniciativas locais de classificação; indefinição e desarticulação estratégica. No plano estrutural, mencionou-se, entre outros: o "síndrome dos países insulares"; questões de saúde e higiene pública; carências nas infra-estruturas de acolhimento e ligações; dispersão geográfica das iniciativas; ausência de formação; falta de enquadramento regulamentar e legislativo.

Em jeito de conclusão, os efeitos do turismo em STP foram caracterizados como variáveis e localizados. Outras características referidas foram: a sua natureza limitada (micro-projectos); a sua continuidade mas em clima de incerteza; uma participação comunitária variável; o envolvimento comunitário; uma protecção ambiental utilitarista; o facto de os casos bem sucedidos serem casos pioneiros, etc. Um melhor aproveitamento das potencialidades do turismo ecológico em STP implicaria as seguintes condições: acção contínua do Estado; estratégia e planeamento; responsabilização; preservação ambiental; valorização e divulgação cultural; envolvimento comunitário. Por outras palavras, seria necessário ter como referência ou objectivo a sustentabilidade do sector.

As parcerias para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação

Danilo Torres

Para o orador, o aproveitamento das oportunidades abertas pelo petróleo requer uma estratégia de valorização dos recursos humanos por intermédio da ciência, tecnologia e inovação. Para tal seria necessário rever o papel a desempenhar por esses três factores. Nas palavras de Danilo Torres, diversas questões se colocam, designadamente: como responder aos desafios da economia global? Que suporte fornecer aos cidadãos no domínio da ciência, tecnologia e inovação?

Em STP está actualmente a ser desenvolvida uma rede no domínio da ciência, tecnologia e inovação que pretende servir de parque virtual de ideias - dispondo de rigor técnico e de sentido ético - e, conseqüentemente, gerar um ambiente de trabalho cooperativo. Para alcançar esse objectivo foi apontada a necessidade de serem constituídas infra-estruturas adequadas à realidade do país (país insular e com problemas de energia). Ao mesmo tempo, realçou-se o facto de a introdução de novas tecnologias por vezes suceder de forma não programada.

A rede que está ser implementada dispõe de três níveis de actuação: estrutura física; colaboração e comunicação; serviços de gestão de conhecimentos. As suas prioridades são: optimizar o programa; estabelecer parcerias estratégicas; envolver técnicos locais (para partilha de conhecimento), bem como a comunidade local.

Existem já alguns parceiros, nomeadamente no Brasil e em Portugal (empresa de Aveiro).

Em conclusão, o orador referiu que a aposta passa actualmente pela constituição da rede (para a partilha de conhecimentos) e a formação de boas parcerias. Factores de sucesso para alcançar os objectivos pretendidos serão: a liderança (através do empenho das entidades competentes); o envolvimento do sector público, privado e das comunidades; a capacidade de realizar projectos; um planeamento e execução faseados (começando com projectos de pequena dimensão); a sustentabilidade; a inovação e o empreendedorismo; a metodologia do programa.

Debate:

À questão da compatibilidade entre a rede de inovação com os problemas de educação e formação de STP, bem como sobre os reais benefícios que a rede poderá trazer às comunidades, Danilo Torres respondeu que estes mesmos problemas justificam a necessidade de constituir e desenvolver a rede. Efectivamente, em sua opinião a rede seria uma forma de ajudar na tarefa de sensibilização e formação dos cidadãos no domínio da ciência e tecnologia. A formação de recursos humanos seria igualmente uma maneira de assegurar um retorno do investimento que está a ser feito na constituição da rede. A este propósito, referiu-se a aparente contradição entre, por um lado, a inexistência de uma política educacional sólida e de formação tecnológica, com altas taxas de iliteracia, e por outro lado, a apetência e interesse natural que as camadas mais jovens da população demonstram em relação à informática. Nesse sentido, a rede de ciência e tecnologia pode ser um instrumento de melhoria da própria educação básica, fornecendo materiais às pessoas que lhes permitam melhorar a compreensão do português, jogos que favoreçam a evolução do cálculo matemático, etc.

Para além disso, pretende-se alcançar um melhor aproveitamento dos recursos humanos fora do país, uma vez que não existe uma noção clara de quantos são-tomenses existem formados, em que áreas, com que competências técnicas e onde estão. Questionado sobre os problemas de energia do país e da sua possível influência sobre uma real implementação e funcionamento da rede, o mesmo orador respondeu que as condições para ter energia estão a ser criadas.

Foi igualmente levantada uma questão sobre a natureza e "realismo" dos cenários traçados durante a apresentação de Aires Menezes. Mais concretamente, foi perguntado ao orador se o seus cenários se tratariam de avisos às autoridades públicas. Aires de Menezes, esclareceu tratarem-se efectivamente de cenários. Porém, estes cenários poderiam também servir de aviso às autoridades públicas visto que as suas previsões, em certa medida, se poderão concretizar. O orador aproveitou igualmente para sublinhar a atenção especial que deve ser atribuída aos recursos humanos, bem como à educação em geral. Em sua opinião, esta última reveste-se de uma importância estratégica, podendo ser potenciada graças ao apoio da cooperação internacional – nomeadamente de Portugal.

Segundo painel, subordinado ao tema "**As Relações Europa-África: Desafios Actuais e Perspectivas Futuras**". Moderado por **José Rafael**, Vice-Reitor da Universidade de Aveiro. Intervenções de **Marie-Laure de Bergh**, representante do ECDPM, e de **Adelino Torres**, Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão.

O Diálogo União Europeia - União Africana

*Marie-Laure de Bergh*³

A comunicação de Marie-Laure de Bergh visou apresentar o contexto institucional e político que rege, actualmente, o diálogo entre a União Europeia e a União Africana.

Não existe, neste momento, uma política específica e única para África, apesar de haver, por parte da Comissão Europeia, intenção de trabalhar nesse sentido. Assim, até agora, os dois grandes eixos da política externa da União Europeia têm sido *a)* relações com os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e *b)* relações com o resto do mundo. No que se refere a África, sobrepõem-se políticas sectoriais e regionais, bem como políticas específicas que alguns Estados membros têm para com determinados países. Neste contexto, a coordenação das políticas é difícil e complexa, comprometendo muitas vezes a sua própria eficácia.

O Acordo de Cotonou, assinado em 2000, define a estratégia de cooperação da UE com os países ACP e é, portanto, o principal documento estruturante das relações Europa-Africa. Este acordo assenta em três pilares fundamentais: cooperação, comércio e diálogo político e exige aos países ACP o respeito pelos Direitos Humanos e pelos princípios da Democracia e boa governação. Mais recentemente, com a revisão do acordo a realizar-se este ano, a União Europeia propôs acrescentar a estes princípios básicos uma referência à proliferação de armas de destruição massiva.

Desde 2000, com a criação da União Africana (que veio substituir a antiga OUA), o diálogo entre as duas regiões tem sido concertado através das Comissões da União Europeia e da União Africana.

As questões prioritárias deste diálogo foram desde 2000 os Direitos Humanos, Democracia e Boa Governação, prevenção de conflitos, segurança alimentar, HIV-SIDA, ambiente, integração económica regional, dívida externa e a devolução de bens culturais ilicitamente exportados. Recentemente estas questões foram agregadas em quatro prioridades: resolução de conflitos e segurança; democracia e boa governação; integração regional e comércio; outras questões do desenvolvimento.

A União Africana traçou como metas a alcançar a curto, médio e longo prazo, a consolidação dos pilares institucionais, a convergência das comunidades regionais fortes e a integração continental. A concretização destas metas está, contudo, comprometida por três grandes desafios:

- 1 - a sobreposição das inúmeras organizações regionais de que os países membros fazem parte;
- 2 - a fragilidade das estruturas organizacionais da própria União Africana;
- 3 - a governação das instituições que constituem a UA e entre aquelas e outros níveis de governação (como a NEPAD ou os próprios Estados membros).

³ Para informação mais detalhada, consultar apresentação em PowerPoint, a partir do Programa do Seminário no website do IEEI (www.ieei.pt)

Foram então definidos seis objectivos com vista a ultrapassar aqueles desafios, dos quais se destacam a construção de uma Comissão eficiente que actue de forma responsável num quadro institucional sólido, a promoção da cooperação regional como base do processo de integração, bem como da democracia e boa governação. Neste contexto, as grandes áreas de cooperação UE-UA são a promoção da paz e segurança, a capacitação institucional da UA, a integração regional, comércio e boa governação.

Uma nova política europeia para África, mais específica e autónoma, parece ser necessária, e embora possa questionar os acordos existentes, seria uma oportunidade significativa para a construção de um diálogo mais eficaz entre a Europa e África.

Os Problemas do Desenvolvimento em África

Adelino Torres

O orador apresentou algumas considerações sobre os problemas actuais do desenvolvimento em África, originados sobretudo pela dificuldade de o continente se inserir na economia mundial e pelos efeitos negativos que a exploração de petróleo teve sobre as economias de alguns países.

Num futuro mais próximo, Adelino Torres prevê que o continente falhe na concretização dos Objectivos do Milénio, tal como falhou no Programa de Industrialização da década de 70, por se terem ignorado factores de constrangimento internos e externos.

Particularmente o objectivo da promoção da parceria mundial para o Desenvolvimento, com um aumento substancial dos níveis da ajuda, parece ser de difícil concretização. Tem sido questionado qual o lugar de África no processo de globalização, quais as políticas e estratégias económicas que lhe estão subjacentes, e se África é uma vítima da inclusão ou exclusão do processo.

Na verdade, a inovação é necessária para o desenvolvimento, e o continente, com uma produtividade muito baixa associada ao facto de as matérias-primas serem cada vez mais prescindíveis e substituíveis (por exemplo, no caso das telecomunicações, o cobre foi substituído pela fibra óptica), não tem tido oportunidade de desenvolver a Ciência. Criou-se então um vazio tecnológico, agravado pelo não investimento na ciência dos países em desenvolvimento (PED) – apesar de 75% da população mundial viver nestes países, apenas 7% do investimento em tecnologia é feito nos PED e maioritariamente em alguns países asiáticos.

O Desenvolvimento de África deve então ser orientado segundo três eixos fundamentais:

1. Dívida Externa: deve ser cancelada, uma vez que existem estudos que provam já ter sido paga. Por cada dólar de APD, os países africanos pagaram, em serviço da dívida, 1,4 dólares. Este facto levou ao apronfundamento do endividamento dos estados africanos.
2. Ajuda Pública ao Desenvolvimento: deve ser reforçada e aplicado o "novo Plano Marshall" proposto pelo Reino Unido. No entanto, deve ser feito com controlo, de forma a garantir a boa aplicação dos fundos. Até agora, muita da ajuda tem sido desviada, porque a corrupção dos líderes africanos se faz com a conivência do

sistema bancário mundial (o que paradoxalmente acaba por contradizer as políticas de luta contra o terrorismo).

3. Investimento Directo Estrangeiro: continua a ser muito baixo em África (apenas 6 biliões de dólares contra cerca de 30 biliões na América do Sul e 90 biliões na Ásia), porque o continente não tem grande capacidade de atracção de IDE. Esta dificuldade advém da confluência de factores internos e externos:
 - a) instabilidade governativa - necessidade de implementar democracias efectivas;
 - b) factores humanos: desorganização administrativa, corrupção, acentuação de políticas racistas e nacionalistas (ex. Costa do Marfim, com a questão da "ivoirité"), má qualidade das elites políticas.
 - c) Factores externos: descida dos preços das matérias-primas, protecção acentuada dos produtos norte-americanos e europeus. O sector do algodão é um bom exemplo disso: o estado norte-americano atribuiu em 2002 subvenções aos produtores de algodão no valor de cerca de 4 biliões de dólares, retirando assim aos países africanos capacidade competitiva. Este facto levou o Mali, Burkina-Faso, Benim e Chade a apresentar uma queixa à OMC.

Além destes factores, há duas questões que foram mitificadas e que são constantes nos discursos políticos dos líderes africanos: a União Africana e o Colonialismo.

A UA não pode ser entendida como a solução para todos os problemas que os países enfrentam. É preciso não esquecer que a iniciativa da criação da UA partiu em grande parte de Khadafi, o que torna as intenções de manutenção da paz, efectivação da democracia e boa governação pouco credíveis. Além disso, o nacionalismo da grande maioria dos países africanos (consolidado durante as lutas de independência) tem constituído um importante factor de resistência às iniciativas de integração regional, e é possível que o seja também no contexto da UA. A União Africana só será viável quando existirem acções de concertação regional que garantam a sobrevivência dos países economicamente não viáveis (por terem um mercado interno demasiado pequeno, como é o caso de S. Tomé e Príncipe) e que não conseguem acompanhar o desenvolvimento tecnológico e científico.

Por outro lado, é necessário acabar com o discurso de culpa que instrumentaliza o passado colonial e desresponsabiliza os líderes africanos dos erros cometidos. Os problemas económicos e políticos que constituem um entrave ao desenvolvimento dos países não são apenas consequência directa do colonialismo, mas também da má actuação das elites políticas africanas. O caso da Nigéria é paradigmático: apesar de ser o 6º produtor mundial de petróleo, não há efeitos visíveis dos rendimentos do sector, porque não houve investimento noutros sectores da economia, mas antes uma má gestão de políticas públicas.

Neste quadro de colapso político e económico, as expectativas mais optimistas de desenvolvimento do continente devem ser perspectivadas num quadro de longo prazo, no espaço de uma ou duas gerações.

Debate:

- Qual a relação de cooperação de Portugal com S.Tomé? A possibilidade de investimento dos rendimentos do petróleo nos sectores da educação e inovação.

Adelino Torres: Portugal tem demonstrado maior capacidade de actuação em Cabo Verde, por ser um caso exemplar de boa governação. É necessário exigir aos governantes a aplicação eficaz das doações e dos investimentos (apenas 5% da ajuda é aplicada nos fins a que se destina). Em relação aos rendimentos do petróleo, seriam de facto importantes se aplicados na construção de infraestruturas nos sectores do turismo (que pode viabilizar a economia do país), da educação ou da saúde. Contudo, noutros países exploradores de petróleo não se tem verificado a concretização desta estratégia, uma vez que os rendimentos do sector petrolífero são desviados pelas elites governantes.

- Como podem ser viabilizados os projectos de integração regional? Como pode S.Tomé contornar o facto de não ter produtos exclusivos para troca?

Adelino Torres: A integração regional tem falhado também porque as economias dos vários países têm produções concorrenciais. É necessário estabelecer um plano de produções complementares (o que já foi tentado através da CEDEAO, mas falhou por questões de governância e falta de transparência). A diferenciação industrial e de prestação de serviços é uma estratégia possível, mas de longo prazo e exige grande lealdade e transparência.

- Quais são e como funcionam os apoios à integração regional?

Marie-Laure de Bergh: Numa primeira fase as negociações foram feitas entre a União Europeia e o conjunto dos Estados ACP. Actualmente estão em negociação os Acordos de Parceria Económica (APE) e começa a estabelecer-se diálogo ao nível regional (ex. negociações entre CEDEAO e UE). Existem também mecanismos de apoio técnico que visam capacitar os governos dos países ACP.

Quanto à União Africana, o seu papel fundamental neste momento é o da mediação e resolução de conflitos. Também ao nível da governação tem existido uma actuação positiva, como ilustra o caso recente do Togo, em que a pressão desenvolvida ao nível regional e continental para evitar uma tomada de poder inconstitucional deu alguns frutos.

- Viabilização da economia santomense através da valorização da sua posição geo-estratégica: entreposto comercial; destino turístico da região.

Na **Sessão de Encerramento, Inês Rosa**, Vogal do Conselho Directivo do IPAD, salientou a oportunidade, mas também o enorme risco que constitui o novo ciclo do petróleo que se inicia em S.Tomé e Príncipe. Fez também referência ao facto de este ser um ano de balanço (por terem passado cinco anos sobre a Cimeira do Milénio) e ser necessário repensar as políticas europeias e a afectação de verbas da cooperação para o Desenvolvimento relativamente a África. Especificamente na negociação dos financiamentos plurianuais da UE, em curso para o período 2007-2012, referiu que não está ainda definida a existência de um envelope financeiro separado para os ACP, sendo Portugal claramente a favor desta opção. A posição portuguesa vai igualmente no sentido de defender no mínimo uma manutenção dos montantes do 10º FED relativamente ao anterior.